

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 059

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 13 DE MAIO DE 2002

ANO XXVIII

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PSDB

ELIO RUSCH

1º Vice-Presidente - PFL

IRINEU COLOMBO

2º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

3º Vice-Presidente - PDT

VALDIR ROSSONI

1º Secretário - PTB

ANTONIO ANIBELLI

2º Secretário - PMDB

CESAR SELEME

3º Secretário - PPB

EDNO GUIMARÃES

4º Secretário - PSDB

NELSON GARCIA

5º Secretário - PFL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

<i>Líder do Governo</i>	<i>Durval Amaral</i>
<i>Líder da Oposição</i>	<i>Waldyr Pugliesi</i>
<i>PTB</i>	<i>Carlos Simões</i>
<i>PFL</i>	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PSDB</i>	<i>Ademar Luiz Traiano</i>
<i>PMDB</i>	<i>Nereu Moura</i>
<i>PPB</i>	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i>	<i>Luciana Rafagnin</i>
<i>PDT</i>	<i>Luiz Carlos Zuk</i>
<i>PSL</i>	<i>Luiz Carlos Martins</i>
<i>PL</i>	<i>Pastor Edson Praczyk</i>
<i>PPS</i>	<i>Marcos Isfer</i>

Representação Partidária

PMDB - 08: Ademir Bier - Antonio Anibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Ricardo Chab - Waldyr Pugliesi; PSDB - 08: Algaci Tulio - Ademar Traiano - Edno Guimarães - Hermas Brandão - Luiz Fernandes da Silva Litro - Nelson Tureck - Ricardo Maia - Sérgio Spada; PFL - 08: Basílio Zanusso - Cleiton Kielse - Divanir Braz Palma - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Garcia - Plauto Miró Guimarães - Nelson Justus; PTB - 05: Carlos Simões - Hidekazu Takayama - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Valdir Rossoni; PDT - 06: Augustinho Zucchi - Eli Ghellere - José Maria Ferreira - Luiz Carlos Zuk - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; PPB - 06: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia - Miltinho Pupio - Moysés Leônidas; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Luciana Rafagnin; PL - 03: Chico Noroeste - Pastor Edson Praczyk - Serafina Carrilho; PSL - 03: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins - Antonio Carlos Belinati; PPS - 02: Cezar Silvestri - Marcos Isfer; PSC - 01: Fernando Guimarães.

**4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA 040ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
13 DE MAIO DE 2002**

(segunda-feira)

Presidência do senhor deputado Hermas Brandão, secretariada pelos senhores deputados Pastor Edson Praczyk e Antonio Anibelli.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Mesa Executiva: Hermas Brandão, Elio Rusch, Irineu Colombo, Augustinho Zucchi, Valdir Rossoni, Antonio Anibelli, Cesar Seleme, Edno Guimarães, Nelson Garcia; PPS: Cezar Silvestri, Marcos Isfer; PL: Chico Noroeste, Pastor Edson Praczyk, Serafina Carrilho; PPB: Duílio Genari, Fernando Ribas Carli, Miltinho Pupio, Moysés Leônidas, Tony Garcia; PDT: Eli Ghellere, José Maria Ferreira, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Renato Gaúcho; PT: Ângelo Vanhoni, Hermes Fonseca, Luciana Rafagnin; PSDB: Ademar Traiano, Algaci Tulio, Luiz Fernandes da Silva Litro, Nelson Tureck, Ricardo Maia, Sérgio Spada; PFL: Basílio Zanusso, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Durval Amaral, Plauto Miró Guimarães; PTB: Carlos Simões, Hidekazu Takayama, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Nelson Justus; PMDB: Ademir Bier, Caíto Quintana, Edson Strapasson, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Ricardo Chab, Waldyr Pugliesi; PSL: Antonio Carlos Belinati, Geraldo Cartário, Luiz Carlos Martins; PSC: Fernando Guimarães (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Ofício:

OFÍCIO Nº 148/2002-GAB

Curitiba, 09.05.2002

Senhor Presidente:

Em cumprimento ao disposto no parágrafo 4º do artigo 9º, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de

2000, venho pelo presente consultar V. Exa. quanto a possibilidade da avaliação quadrimestral de que trata o artigo anteriormente citado, seja realizada no dia 29 de maio próximo, na Comissão de Orçamento e Finanças dessa egrégia Casa.

Desde já coloco-me à disposição para eventuais esclarecimentos.

Atenciosamente.

Sala das Sessões, em 13.05.2002

(a) INGO HENRIQUE HÜBERT

Secretário de Estado da Fazenda

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 1162

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja retirado na Ordem do Dia, por 10 (dez) sessões, o Projeto de Lei nº 676/2001, de autoria do nobre deputado Nelson Tureck.

Sala das Sessões, em 13.05.2002

(a) CAÍTO QUINTANA

REQUERIMENTO Nº 1160

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o registro nos Anais desta Casa, de votos de profundo pesar pelo falecimento do senhor Wilmar do Rocio Rodrigues, ocorrido no dia 07 de maio do corrente, nesta Capital, e que seja remetida cópia deste expediente à família enlutada, com mensagem de condolências.

Sala das Sessões, em 13.05.2002

(a) FERNANDO GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 1168

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, de voto de profundo pesar pelo falecimento da senhora Marilde Iva Mordaski de Almeida, esposa do vice-prefeito de Mangueirinha, ocorrido dia 09 de maio de 2002.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 13.05.2002

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Em data de 09.05.2002, com a idade de 50 anos faleceu vítima de lamentável acidente automobilístico, senhora Marilde Iva Mordaski de Almeida, carinhosamente conhecida como Mara, que deixou viúvo o senhor Manoel Aparecido de Almeida, vice-prefeito de Mangueirinha. Deixou ainda 4 filhos e um neto.

Dona Mara, além de esposa e mãe extremosa, avó muito querida, era professora e também desempenhava o cargo de chefe de divisão de Cultura da Prefeitura Municipal de Manguinhos.

Seu passamento veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de seu vasto círculo de amigos, dentre os quais este parlamentar.

O destino roubou -a do convívio de seus entes queridos, de seus amigos, resta-nos, todavia, um consolo: é a certeza de que viveu uma vida honrada dedicada a família, aos amigos e ao trabalho.

Sua família, a família que adorava, despediu-se em lágrimas, dizendo que poderá repousar tranqüila, pois saberão honrar seu nome e cultivar sua memória.

A passagem desta para outra vida é mistério incompreensível para nós. Mas, é misterioso de esperança, não de tristeza; mistério que dá sentido à nossa existência humana, ao nosso peregrinar e sofrer por este mundo.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste deputado, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Mordaski de Almeida, endereçando a ela, voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO Nº 1193

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de pesar à família enlutada da professora Eny Caldeira, falecida em data de ontem nesta Capital.

Sala das Sessões, em 13.05.2002

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

O Paraná perdeu em data de ontem um de seus maiores nomes na área de educação. Faleceu no início da tarde a professora Eny Caldeira, aos 85 anos de idade.

Paranaense de Prudentópolis, Eny Caldeira era filha de Alfredo Caldeira e Júlia Durski Caldeira. Diplomando-se em 1936 iniciou na carreira do magistério em sua terra natal e veio no mesmo ano para Curitiba, com a incumbência de organizar uma escola isolada, numa zona suburbana da nossa Capital. Durante oito anos, esteve à frente desta escola e, durante este período cursou a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade do Paraná, diplomando-se em Pedagogia em 1948.

No Instituto de Educação (antiga Escola Normal) exerceu suas funções de professora e de primeira diretora da instituição. Realizou cursos de aperfeiçoamento em São Paulo e, com bolsa de estudos, permaneceu por dois anos na Europa, tendo estado com a educadora Maria Montessori (Itália), no Instituto Jean Jacques Rousseau (Suíça), na Escola Decroly (Bélgica) e na Sorbonne (França). Para complementar seus estudos, visitou as Universidades de Pádua, Milão, Veneza, Bari e Nápoles.

A professora foi condecorada pelo Ministro da Educação Nacional da França, recebendo a Palma de Ouro.

Foi a introdutora do método montessoriano de ensino do Paraná há 40 anos e trabalhou por cinco anos no Rio de Janeiro a convite do Ministério da Educação e Cultura como encarregada do Ensino Normal no país. Também foi chefe da cadeira de Pedagogia da Universidade Federal do Paraná e se aposentou como professora da instituição. Deixou a filha Camila Caldeira, de 13 anos.

À sua família enlutada (Rua Quintino Bocaiuva, 126 - Cabral - 80035-090 - Curitiba-PR) os votos de pesar do Poder Legislativo do Paraná.

Projeto de Resolução:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 10/2002

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1º - Fica criada a Comissão Permanente de Legislação Participativa, composta de 7 membros, com as seguintes atribuições:

I - apreciar e emitir parecer sobre as sugestões de iniciativa legislativa apresentadas pelas entidades legitimadas;

II - transformar em proposta da comissão as sugestões de iniciativa legislativa, que receberem parecer favorável, encaminhando-as à Mesa para tramitação;

III - encaminhar à comissão ou comissões para o exame do mérito, os pareceres técnicos, exposições e propostas apresentadas para complementação ou alteração de projeto legislativo que já se encontre em trâmite.

§ 1º - Aplicam-se à apreciação das sugestões pela Comissão de Legislação Participativa, no que couber, as disposições regimentais relativas ao trâmite das proposições em geral.

§ 2º - As sugestões que receberem parecer contrário da Comissão de Legislação Participativa serão arquivadas.

Art. 2º - A participação da sociedade civil paranaense na Comissão Permanente de Legislação Participativa poderá ser exercida pelo oferecimento de sugestões de iniciativa legislativa e de pareceres técnicos, exposições ou propostas para complementação ou alteração de proposição que já se encontrem em trâmite, por intermédio das seguintes entidades:

I - associações, órgãos e conselhos de classe;

II - sindicatos e entidades organizadas da sociedade civil;

III - órgãos de representação estudantil;

IV - entidades científicas e culturais;

V - universidades.

Parágrafo Único - É vedada a iniciativa de partidos políticos e organismos internacionais.

Art. 3º - A Mesa Diretora da Assembléia Legislativa do Paraná assegurará à Comissão de Legislação Participativa após físico, técnico e administrativo necessário ao desempenho de suas atividades.

Art. 4º - A Mesa Diretoria da Assembléia Legislativa do Paraná baixará atos complementares necessários à execução desta Resolução.

Art. 5º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 13.05.2002.

(a) CAÍTO QUINTANA

JUSTIFICATIVA:

A Carta Republicana expressamente estatui que a efetiva democracia só é exercida com a plena participação popular.

Nessa linha, a criação da Comissão de Legislação Participativa é instrumento que visa eliminar o abismo que vem sendo criado nas sociedades de massa entre os representantes e os representados.

A referida comissão possibilitará ao denominado “cidadão comum” encaminhar diretamente ao Parlamento estadual as sugestões e percepção para o enfrentamento das demandas da vida real e cotidiana.

A criação da referida comissão não visa tolher a prerrogativa do parlamentar, mas ao contrário, objetiva fortificar a plenitude do exercício do legislador estadual, vez que alargará a discussão dos problemas sociais de interesse de toda a coletividade, agregando regras costumeiras ao ordenamento jurídico.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 312/2002

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica instituído o Programa Respire Bem, a ser implementado na rede pública e ensino do Estado do Paraná, a fim de prevenir, diagnosticar e tratar as deficiências respiratórias relacionadas ao mau posicionamento dentomaxilar ou outras imperfeições buco-faciais.

Parágrafo Único - O Programa tem por objetivo combater a Síndrome do Respirador Bucal, que afeta grande parcela da população infantil.

Art. 2º - Para prevenir o surgimento de doenças respiratórias, as redes públicas de educação e saúde promoverão ações educativas e preventivas, como objetivo de esclarecer pais, alunos, professores, funcionários e profissionais da saúde e da educação.

Art. 3º - Para diagnosticar as doenças respiratórias, as crianças de pré-escola e ensino fundamental, serão submetidas a exames anuais.

Art. 4º - Os exames serão realizados por profissionais habilitados no início de cada ano letivo.

Art. 5º - O Poder Executivo regulamentará esta lei em 90 (noventa) dias.

Art. 6º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 13.05.2002.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

JUSTIFICATIVA:

Uma parcela significativa da população infantil é acometida da chamada Síndrome do Respirador Bucal, problema este que, segundo a Sociedade Brasileira de Correções Odonto-Maxilares - Sobracom, pode causar problemas sérios como apnéia, dispnéia, vegetações adenoidianas, cornetos nasais hipertrofiados, amígdalas dilatadas, entre outras.

Além disso pode afetar a liberação do hormônio do crescimento, prejudicando o desenvolvimento normal da criança e a sua qualidade de vida.

As causas da imperfeição na respiração nasal são várias, no entanto, estudos realizados por profissionais das áreas de odontologia, fonoaudiologia e otorrinolaringologia atestam que, 70 a 80% dos casos de respiração bucal estão intimamente relacionados com má oclusão dentária.

O programa a ser instituído por esta lei, visa evitar que as crianças, especialmente as provenientes de famílias carentes, cheguem ao estágio avançado da doença, que vá exigir tratamento especializado, inacessível a estas camadas sociais. Prevê que as áreas estatais da Saúde e Educação realizarão campanhas de esclarecimento, exames periódicos de prevenção e tratamento das disfunções detectadas, ainda na fase inicial, e que poderão ser corrigidas sem a necessidade de tratamento de alto custo.

A Síndrome do Respirador Bucal é um sério problema que não pode ser ignorado, estando a merecer a especial atenção das autoridades da saúde pública do Estado, motivo pelo qual apresento para apreciação este projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 313/2002

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Os serviços de lanches e bebidas nas unidades educacionais públicas e privadas que atendam a educação básica, localizadas no Estado do Paraná, deverão obedecer a padrões de qualidade nutricional e de vida indispensáveis à saúde dos alunos.

Art. 2º - Atendendo ao preceito nutricional e de acordo com o artigo anterior, fica expressamente proibida, nos serviços de lanches e bebidas ou similares, a comercialização do seguinte:

- a) bebidas com quaisquer teores alcoólicos;
- b) balas, pirulitos e gomas de mascar;
- c) refrigerantes e sucos artificiais;
- d) salgadinhos industrializados;
- e) salgados fritos; e
- f) pipocas industrializadas.

§ 1º - O estabelecimento alimentício deverá colocar à disposição dos alunos dois tipos de frutas sazonais, objetivando a escolha e o enriquecimento nutritivo dos mesmo.

§ 2º - É vedada a comercialização de alimentos e refrigerantes que contenham em suas composições químicas, nutrientes que sejam comprovadamente prejudiciais à saúde.

Art. 3º - Os proprietários desses estabelecimentos deverão garantir a qualidade higiênico-sanitário e nutricional dos produtos comercializados.

Art. 4º - Um mural de um metro de altura por um metro de comprimento deverá ser fixado em local próprio e visível, rente ao estabelecimento, para divulgação e informações pertinentes a assuntos relacionados com a área alimentícia.

Art. 5º - Os estabelecimentos só poderão funcionar mediante alvará sanitário, expedido pelo Órgão Estadual responsável pela Vigilância Sanitária ou a quem esta designar.

Art. 6º - Os estabelecimentos já existentes terão um prazo de cento e oitenta dias para regularem e adequarem suas situações, dentro dos critérios estabelecidos.

Art. 7º - A abertura de novos estabelecimentos só poderão ocorrer mediante a emissão do alvará sanitário expedido pela Diretoria Estadual de Vigilância Sanitária ou por quem esta designar.

Art. 8º - O não cumprimento dos critérios estabelecidos por esta lei acarretará a aplicação de sanções previstas pela Diretoria Estadual de Vigilância Sanitária.

Art. 9º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 13.05.2002.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

JUSTIFICATIVA:

A proposição que ora apresento visa prevenir a obesidade infantil motivada, em parte, pela ingestão e oferecimento de guloseimas, alimentação inadequada e desnecessária nas cantinas das escolas de ensino básico. A alimentação correta é fruto muitas vezes da educação alimentar que reduz aquilo que é desnecessário à nutrição em sua substituição por frutas e outros alimentos saudáveis que não causem o sobrepeso de crianças.

Esta iniciativa já foi tomada nos Estados de Santa Catarina e Rio de Janeiro. Na Assembléia de São Paulo já está tramitando proposição semelhante. Portanto, não se trata de uma iniciativa inédita deste legislador e sim, de uma proposta de caráter nacional para a erradicação da obesidade infantil.

Pelos motivos expostos, peço a aprovação da presente proposta.

PROJETO DE LEI Nº 314/2002

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública o Centro de Recuperação de Drogados e Alcoólatras "Recanto Parque Iguaçu", com sede e foro no município de Medianeira.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13.05.2002.

(a) ELI GHELLERE

JUSTIFICATIVA:

Este projeto visa dotar a entidade de condições legais que valorizem ainda mais as suas atividades, considerando sua importância no contexto social da comunidade.

Tendo como finalidades fundamentais: recuperação de dependentes químicos e similares, através de grupos de apoio e de internamentos em locais especializados, onde receberão toda a assistência para sua recuperação e posterior reintegração na sociedade; prevenir e conscientizar a sociedade dos danos causados pelos tóxicos e álcool, através de encontros e palestras, difundindo através de atividades educativas, culturais e científicas, as experiências adquiridas no âmbito da entidade, no sentido de prevenir o consumo de drogas e afins, podendo solicitar apoio aos centros especializados em tais assuntos.

PROJETO DE LEI Nº 315/2002

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica acrescida a alínea "a" ao inciso III artigo 14, da Lei nº 11.580, de 14 de novembro de 1996, com a seguinte redação:

"Art. 14 - ...

III - alíquota de 7% (sete por cento) para as operações com:

a) alimentos, quando destinados à merenda escolar, nas vendas internas a órgãos da administração federal, estadual ou municipal".

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 13.05.2002.

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

A presente proposição visa estender a alíquota de 7% prevista no artigo 14 inciso III, da Lei nº 11.580 de 14 de janeiro de 1996, para produtos destinados à merenda escolar, nas vendas internas para os órgãos da administração pública federal, estadual e ou municipal.

Com essa medida se viabiliza para estes produtos o disposto no artigo 155, parágrafo 2º, inciso VII, letra "b", da Constituição Federal, que cita que nas operações interestaduais em que o destinatário não for contribuinte no Estado de destino, o imposto incidirá pela alíquota interna do Estado remetente. Assim sendo, por se tratar de alíquota interna e não interestadual, não se faz necessária aprovação da medida pelo Confaz, apenas sua inserção no contexto legal, na forma de lei.

Vale ressaltar que a idéia aqui defendida beneficiará não somente os alunos da rede pública estadual de ensino, na forma de melhor qualidade alimentar, mas o próprio Estado do Paraná, no tocante ao incremento na comercialização dos produtos destinados à merenda escolar, gerando mais empregos no campo e na indústria alimentícia, fomentando a economia paranaense.

PROJETO DE LEI Nº 316/2002

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública, a ONG Bombinhas Ação Laços e Braços, com sede e foro em Curitiba/PR.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 13.05.2002.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

A ONG Bombinhas Ação Laços e Braços é uma organização não governamental que possui sede em Curitiba. A instituição visa levar atendimento odontológico gratuito junto ao lazer, esportes e cultura em geral, para toda e qualquer população que sofre de carência nestas áreas por exclusão social.

A necessidade de oferecer tratamento odontológico à população desprovida de condições para sua boa saúde e desenvolvimento, não atuando somente no campo bucal, mas no sentido mais abrangente, levou voluntários à constituição desta ONG. A observação de que a maioria das pessoas não faz adequadamente a higiene bucal, trouxeram a necessidade de conscientização individual e familiar através de medidas de educação, prevenção e controle.

A instituição, inicialmente fixada no litoral catariense (Balneário de Bombinhas) transferiu-se para a capital paranaense, buscando um novo local para o desenvolvimento de suas atividades, encontrando a Ilha do Mel, no nosso litoral, onde vem desenvolvendo um importante trabalho, com tratamentos dentários, trabalho de prevenção, palestras, orientação aos pais, etc., tudo através do trabalho voluntário.

A instituição vem realizando especialmente com crianças um relevante trabalho (Projeto Melzinho na Chupeta), que já recebeu reconhecimento, sendo alvo de reportagens veiculadas pela imprensa estadual (Rede Paranaense de Comunicação - Canal 12).

Por ser instituição sem fins lucrativos, o que se comprova pela documentação acostada, estamos solicitando sua declaração de Utilidade Pública.

PROJETO DE LEI Nº 317/2002

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica denominado o Centro Estadual de Educação Profissional de Curitiba (Instituto Politécnico Estadual) como Centro Estadual de Educação Profissional Professor Naoki Kishida.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 13.05.2002.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

O Centro Estadual de Educação Profissional de Curitiba - Instituto Politécnico Estadual, localizado na Rua Frederico Meurer, 3015, bairro Boqueirão, nesta capital, foi local de trabalho de um grande homem - o professor Naoki Kishida.

Paulista de nascimento, era paranaense de coração e todas as atividades exercidas no magistério foi no Estado, iniciando na cidade de Cafeara/PR, passando por Lupionópolis/PR (onde ocupou o cargo de vereador por 10 anos - 2 gestões).

Sua formação como matemático permitiu que o professor Naoki Kishida iniciasse e guiasse milhares de estudantes no caminho dos números. Sua dedicação foi reconhecida, tendo ele sido diretor do instituto Politécnico Estadual - atualmente denominado Centro Estadual de Educação Profissional de Curitiba por 10 anos.

Homem de reconhecida capacidade, imenso, amor ao trabalho como educador, hábitos simples e um grande coração, Naoki Kishida faleceu em 14 de dezembro de 2001, deixando saudades em todos que o conheceram e sempre o admiraram.

Em reconhecimento ao excelente trabalho realizado no Centro Estadual de Educação Profissional de Curitiba, estamos propondo que seu nome seja dado àquela instituição, para que fique gravado com este gesto,

os mais sinceros sentimentos de gratidão e carinho, dos quais ele foi sempre grande merecedor.

PROJETO DE LEI Nº 318/2002

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o acesso do Contorno Leste da cidade de Cambé, denominado "Viaduto Madre Leônia Milito".

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13.05.2002.

(a) DURVAL AMARAL

JUSTIFICATIVA:

Madre Leônia Milito, conforme biografia em anexo, foi exemplo de dedicação e trabalho em prol dos necessitados. Por onde passou, espalhou sua luz espiritual sempre em benefício dos mais necessitados e daqueles que dele precisavam.

No município de Londrina, em 1958, juntamente com Dom Geraldo Fernandes, Madre Leônia Milito deu início a uma nova congregação religiosa, a Congregação das Missionárias de Santo Antonio Maria Claret, que congregou, e reuniu muitas vocacionadas a anunciar o Reino de Deus e servir aos mais pobres. Foi Superiora Geral da Congregação por dois anos consecutivos e espalhou com o apoio de Dom Geraldo Fernandes, essa família religiosa pelos cinco continentes.

No Dia 22 de julho de 1980 perdeu a vida tragicamente no local onde está sendo construído o viaduto que liga os Municípios de Cambé e Londrina. Local de tráfego intenso e grande periculosidade e que já foi palco de diversos outros graves acidentes, esta obra é hoje um grande passo em direção ao desenvolvimento daquelas cidades, além de ser fundamental para a segurança de todos que por ali trafegam.

Pela dedicação de Madre Leônia Milito, queremos homenageá-la emprestando seu nome a este local onde tantas vezes passou e onde entregou sua vida ao Pai Maior após tantos anos de trabalho em prol dos irmãos.

A proposição, além de merecida homenagem conforme se justifica é também de extrema oportunidade, haja vista que está prevista para o dia 23 de junho próximo, o encerramento da referida obra.

O SR. PRESIDENTE (**Hermes Brandão**)

No Pequeno Expediente concedo a palavra ao deputado Algaci Tulio.

O SR. ALGACI TULIO

Senhor presidente, senhores deputados.

Quero dar satisfação à Casa, de algumas das muitas atividades que nós temos todo o final de semana, na Capital do Estado, na região metropolitana e litoral do Estado do Paraná.

Começando pela última quarta-feira, quando, designados por V. Exa., presidente Hermas Brandão, este parlamentar e o deputado Ângelo Vanhoni, mais o assessor parlamentar do deputado Marcos Isfer, Dr. Saulo, estivemos em Paranaguá, junto aos sindicatos ligados à área portuária, onde debatemos e ouvimos as reclamações daquelas entidades com relação à política também de transportes no Porto, bem a exemplo do que ocorre com os companheiros cegonheiros que estão aqui, da empresa J. Gabardo, que enfrentam a mesma dificuldade em termos da Renault aqui no Paraná.

Então, me parece que há um desencadeamento de fatores que os interesses internacionais, sobrepujam os interesses nacionais. Em detrimento às grandes transportadoras, em detrimento ao operário brasileiro, ao trabalhador paranaense, estamos permitindo que grupos, aglomerados de outros países venham aqui no Paraná, venham aqui ocupar o espaço da mão-de-obra do cidadão paranaense, que enfrenta mil dificuldades, como é o caso dos cegonheiros, que estão há dias esperando uma solução, aguardando que a Comissão, aqui na Assembléia, faça a sua primeira reunião. Se possível, encareço ao deputado Neivo Beraldin e aos demais companheiros que foram indicados, para que possamos, já confirmados esses nomes, fazer a primeira reunião se não hoje à tarde, pelo menos amanhã no período da manhã, ouvindo primeiro a parte que está sendo vítima, ouvindo o Sindicato, ouvindo os motoristas, os proprietários de caminhões, para em seguida já, convidando, porque esta Comissão não tem o poder de convocar, os diretores da Renault, especialmente ligados a esta área, para que venham também perante a Comissão, explicar o porquê do rompimento desse contrato.

Da mesma forma estamos aguardando para hoje, tanto eu como o deputado Ângelo Vanhoni que depois vai complementar, a chegada de documentação em relação aos sindicatos, à Intersindical de Paranaguá, para que possamos também, debater essa questão. Todos nós queremos a modernização do Porto de Paranaguá. Todos nós entendemos o avanço que se tem que lhe dar, mas não podemos esquecer que essa globalização, essa modernização está atropelando o cidadão, o ser humano. Está se esquecendo da identidade do cidadão.

Paranaguá é identificada pelas suas belezas naturais, pela sua ilha, mas também pelo seu porto, que é, sem dúvida alguma, o principal indutor de mão-de-obra no litoral do Paraná. Se seca essa fonte, se não se permite que o Porto de Paranguá dê o espaço para o parnanguara, para que aquele que trabalha nos vários sindicatos que prestam mão-de-obra para o porto, o que será da cidade de Paranaguá?

O comércio se enfraquece, a indústria, que é pequena, também, e o problema social se agrava naquela cidade.

Então, é por isso que nós, estamos aguardando uma série de documentos, para discutir essa questão do Porto de Paranaguá, que ninguém desconhece, está bas-

tante avançado, cresceu na questão da importação, da exportação, mas é preciso lembrar que atrás da máquina, atrás da informática, atrás das informações, existem seres humanos, existem famílias que precisam trabalhar.

A exemplo dos companheiros que estão aqui, mais uma vez nas galerias, buscando na Assembléia uma última esperança, uma última saída, uma última expectativa ainda de reverter este quadro que é bastante ruim para cada um deles que ainda têm prestações a pagar do seu caminhão, que têm as suas necessidades familiares, que precisam sobreviver.

Ainda, na última sexta-feira, nós tivemos representantes de 80 cegonheiros que tiveram presentes, quando o padre Geraldo da comunidade de Borda do Campo rezou uma missa de ação de graças pedindo a intercessão de Deus nessa hora, que ninguém pode esquecer que, se não tiver ajuda divina, não se chega a lugar algum.

Por isso eu espero que hoje, ao final da tarde ou mais tardar amanhã cedo, nós possamos fazer uma reunião criada para analisar, para estudar, tentar encontrar um denominador comum em relação aos cegonheiros e à Renault aqui no Estado do Paraná.

Ainda, senhor presidente, na última sexta-feira participei, junto à Força Sindical, representei esta Casa, quando nós aqui, através do Sindicato Nacional dos Aposentados, lançamos um projeto mais o benefício para os aposentados. Benefício de ele ter condições de comprar um remédio por um preço bastante barato, e foi então assinado o convênio entre a rede de Farmácias Maxifarma e o Sindicato Nacional dos Aposentados e Pensionistas da Força Sindical.

A Rede representa 29 lojas em Curitiba e na região, e vai possibilitar aos aposentados filiados ao sindicato, adquirir medicamentos de uso contínuo com até 47% de desconto.

O projeto de acesso ao medicamento já beneficia milhares de aposentados em São Paulo e a partir da assinatura que ocorreu na última sexta-feira, começa a atender, também os quase 20 mil associados paranaenses com remédios que cobrem mais de 80% das patologias clínicas mais comuns entre os idosos, como hipertensão, diabetes, colesterol, entre outros.

E para ter direito ao desconto o filiado ao Sindicato Nacional dos Aposentados vai pagar uma insignificância de R\$0,50 que já vem descontado anualmente pelo INSS e para facilitar o acesso a todos que têm direito ao benefício é possível, evidentemente, junto aos sindicatos aqui no Paraná ligados à força sindical, juntamente com o presidente da Força Sindical, Sérgio Butica, com o companheiro Zaneto é que nós podemos realizar com a presença aqui do Sérgio Butica, o vice-presidente nacional da entidade o Paulo José Zaneti, e o vice-presidente estadual Osório João Dalmonico, dirigentes nacionais, além de aposentados, pensionistas filiados à sociedade dos aposentados.

E hoje, pela manhã, nós tivemos aqui em Curitiba protesto da população de Sítio Cercado e do Bairro Novo

com relação à tentativa da Prefeitura de Curitiba de terceirizar o trabalho, o atendimento dos Postos 24 horas que na gestão em que fui vice-prefeito de Curitiba, nós construímos 6 unidades de Postos 24 horas.

O que pretende agora a Prefeitura?

A exemplo do que pretendeu fazer na terceirização das creches que não deu certo, pois a população reagiu, pretende o prefeito, agora, terceirizar os Postos 24 horas e também já há reação da população, e, nesse sentido, hoje pela manhã, houve um protesto em frente ao Posto 24 horas no Sítio Cercado e isso vai se repetir nos próximos dias.

Quero dar satisfação a esta Casa que participando, como uma espécie de interlocutor junto à Polícia Militar e à família miliciana em relação à tentativa de fechamento do Hospital Polícia Militar, posso trazer à Casa uma boa notícia. Hoje estava programado um protesto de abraço ao Hospital da Polícia Militar, mas na última sexta-feira, procurados pelo comando da Polícia Militar, fizemos o entendimento de suspender o protesto que estava marcado, com a promessa de que o Hospital da Polícia Militar não fechará desde que o governo aceite a negociação que o comando da Polícia Militar e que a Associação da Vila Militar estão propondo, para que aquele hospital-referência, se mantenha no atendimento à família miliciana, que são 75 mil no Paraná, 35 mil em Curitiba. Ainda hoje pela manhã, conversando com o comandante da Polícia Militar, coronel Foltran, ele afirmava: "Fique tranquilo", mas vamos continuar cobrando. Não podemos acreditar que esteja cem por cento, mas pelo menos, setenta por cento, a possibilidade de que o Hospital da Polícia Militar não venha a ser fechado e ainda hoje pela manhã, para concluir, senhor presidente, foi um dia especial para a Associação Paranaense de Apoio à Criança com Neoplasia.

Eu ajudei essa entidade a crescer, no tempo em que ela funcionava na Rua Piquiri, numa casa de madeira, pequena, e hoje tem a sua grande sede lá no Tarumã, porque hoje foi feita a inauguração do Centro de Genética Molecular e Pesquisa do Câncer em Crianças. Nova etapa que irá trazer dias melhores para as crianças portadoras de câncer.

Sem instalações adequadas, portanto, houve a iniciativa do Hospital de Clínicas, da Universidade Federal do Paraná e com verba de um hospital americano, para que a Associação Paranaense de Apoio à Criança com Neoplasia, pudesse inaugurar hoje pela manhã, esse Centro.

Um dado impressionante, e quero repassar ao pessoal da área, ao deputado Orlando Pessuti, que é da área de agricultura. No sul do país, temos uma incidência muito grande de câncer renal em crianças, e até então, não se tem idéia de onde provém esse câncer renal. Há uma suspeita de que o excesso de agrotóxico na agricultura possa ser um grande indutor disso. Por isso que agora, com a criação do Centro de Genética Molecular e Pesquisa de Câncer em crianças, vai se ter essa definição,

o que é que provoca uma incidência tão grande de câncer renal nas crianças do Sul do país.

Portanto, senhor presidente, eram alguns assuntos dentre tantos que percorri neste final de semana, para trazer com satisfação a esta Casa, à Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

V. Exa. esteve representado hoje neste ato da Associação Paranaense de Apoio à Criança com Neoplasia.

Muito obrigado

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Senhor presidente e senhores deputados, compareço mais uma vez à tribuna da Assembléia para dar ciência aos nobres colegas parlamentares e a todos aqueles que aqui estão e acompanham os trabalhos da Assembléia Legislativa, dos trabalhos que estão sendo desenvolvidos pela CPI dos Alimentos, a CPI do Leite.

Na semana passada, terça-feira, tivemos uma reunião ordinária quando pudemos colocar frente a frente a indústria transformadora de leite, beneficiadora de leite e seus derivados, e os setores da produção, e o objetivo era estabelecer um entendimento entre a classe produtora e a classe industrial no sentido de que pudéssemos conhecer, de forma antecipada, o preço a ser pago pelo produtores, porque hoje, o produtor rural entrega o seu produto e somente trinta dias depois é que ele sabe o quanto vai receber por aquele litro de leite entregue, porque esta é a prática adotada em todo o Estado do Paraná e também, muitas vezes, no território brasileiro.

Conseguimos estabelecer um encaminhamento, através de uma comissão partidária que está formada da indústria com os produtores, para, até o final deste mês, mais precisamente 29 de maio, possamos, em reunião conjunta, estabelecer essa prática de fixação de forma antecipada do preço a ser pago para o produtor.

Tudo isso vem naquele objetivo nosso de lutar e lutar, para que o produtor receba um preço justo pelo leite que produz e vende, e que o consumidor não tenha que pagar pelo leite e, principalmente pelos seus derivados, preços absurdos como aqueles que são praticados pelas grandes redes de supermercados.

Já foi levantado pelo Procon. Encontramos um queijo fatiado, tipo muzzarella sendo vendido por mais de 15 reais, quando na realidade esse produto não custou mais do que cinco ou seis reais. Colocam em cima do queijo 200, 300% de aumento.

Na semana passada, em companhia do deputado Ademir Bier, estivemos em Florianópolis participando de uma reunião com a Associação Brasileira de Criadores de Suínos, envolvendo diretorias regionais do Mato Grosso, Goiás, Minas Gerais, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Foi possível discutir a problemática que envolve hoje a suinocultura em nosso Estado. Hoje, é

normal o suinocultor perder de 20 a 30 reais por suíno terminal entregue ao frigorífico para o abate.

Por quê? Porque no ano passado houve um crescimento da oferta de suíno em cima de uma expectativa de exportação de carcaças de suínos para a Rússia, Polônia e China, o que acabou não acontecendo, e também em função da alta que vem sentindo o milho, principalmente pela estiagem da Região Sul do Brasil, que provocou a perda quase que de toda a safrinha do milho que era um agente regulador dos preços do milho praticado nesta região.

Estamos com esses assuntos sendo tratados.

Amanhã esta CPI, através de alguns de seus representantes, estará em Brasília para mais uma audiência pública da Comissão de Agricultura da Câmara Federal, reunindo deputados federais, estaduais, presidentes, relatores e membros de CPI's do Leite de todo Brasil, para, em audiência pública, ouvir a posição e a manifestação das grandes redes de supermercados do Brasil. Aquilo que fizemos aqui no Paraná, ouvindo Sonae, Extra, Carrefour, Wall Mart e Condor, será feito em Brasília. Essa comissão em Brasília buscará, com essas instituições comerciais, estabelecer uma prática que não seja tão nefasta, tão maléfica aos produtores industriais do leite em nosso país, como vem acontecendo.

Senhor presidente, esta é a informação dos trabalhos que a nossa CPI vem desenvolvendo. Todas as semanas temos reuniões ordinárias e extraordinárias. Estamos indo ao interior do Estado para reuniões. Estamos indo a outros Estados para reuniões. Estamos indo a Brasília. Já temos um relatório preliminar contando os resultados que obtivemos até então.

Esperamos, nos próximos dias, tão logo consigamos fechar a análise que estamos fazendo, com relação à rede varejista, a relação que ela mantém com os produtores, com as indústrias que são fornecedores. Logo teremos o relatório final, com certeza, propondo medidas que visarão corrigir uma série de distorções que existem, hoje, na cadeia de formação de preços, não só em relação ao leite, mas também em relação aos hortifrutigranjeiros, a carne, o café e a uma série de produtos de primeira necessidade de todos nós consumidores.

Era essa a nossa mensagem, a nossa prestação de contas do trabalho da CPI dos Alimentos.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

No Pequeno Expediente, com a palavra do deputado Cleiton Kielse.

O SR. CLEITON KIELSE

Senhor presidente, senhores deputados.

Ontem, tivemos em nossa memória a lembrança de alguns anos atrás, quando celebrávamos, quase todos os domingos, a vitória brasileira perante aos grandes prêmios de todo o mundo.

Veio, não só na minha memória, mas, com certeza na memória de todos os brasileiros, as últimas vitórias do

nosso grande campeão Ayrton Senna. Naquele momento, refletia não apenas este deputado, mas uma série de lideranças no Brasil inteiro e no mundo, se vale a pena competir contra o capital econômico.

Infelizmente, os desportistas que aqui estão, e falo não apenas com a Confederação Brasileira de Automobilismo, mas com a Confederação Paranaense, que também deve se pronunciar sobre a atitude radical da escuderia Ferrari, contrapondo qualquer posicionamento que pudéssemos imaginar de legalidade, de autonomia e de competência de qualquer atleta que venha destacar o Brasil, em qualquer momento, em qualquer lugar do mundo.

Como muito bem foi falado por vários amigos, até nosso pastor, o que isso reflete nas crianças do mundo inteiro e nas crianças brasileiras, quando o capital econômico, a vontade de um ou de outro diretor de uma escuderia venha sobrepor a competência de um piloto que estava defendendo não só aquela escuderia, mas, principalmente, defendendo o nosso país.

Todos nos ficamos revoltados, como o mundo inteiro ficou revoltado, do posicionamento de alguns diretores da escuderia Ferrari.

Falei ainda há pouco, com o cônsul italiano, que está agora no meu gabinete, doutor Mário Trampeti, que vamos fazer daqui duas semanas uma homenagem aos italianos e ele também acompanhou o nosso pensamento.

O Sr. Moysés Leônidas

Permite-me um aparte, deputado?

(Assentimento).

Deputado Kielse, estou acompanhando a sua fala, e quero complementá-la, vim inclusive, pensando exatamente, nesta questão:

Lamentavelmente, as cenas que vimos ontem no esporte, não são todas as pessoas que acompanham, mas, a maioria absoluta das crianças brasileiras, para não falar do resto do mundo, que estão ainda formando o seu caráter, sendo incentivadas a participar das disputas sempre, independente do resultado, sofrem, realmente um abalo nessa questão.

É extremamente ridícula a posição tomada ontem, vergonhosa para nós, brasileiros, porque muito pior do que não ganhar é ganhar e não levar, sempre. Agora, acho que aí não é só a questão da disputa, de quem é que atravessou a faixa, de quem levou a bandeirada primeiro; é exatamente a mácula que deixa nessa criança que está em formação, tanto para nós que ensinamos a ter amor à Pátria e defender a bandeira e para as outras crianças do mundo inteiro que, de repente, depois de tantas horas, de tanto tempo competindo, em fração de segundos se muda o resultado, numa posição nefasta da Ferrari, ridícula para o mundo inteiro, e aí nos deixa a pensar: agora, se a regra for essa temos que, inclusive, até liberar, por exemplo, os anabolizantes para os atletas, porque, se não tem regra para se vencer, então o atleta pode também se dopar ou qualquer outra coisa, para tentar chegar.

Isso é muito mal, foi um exemplo feio para a humanidade, desagradável, acho até que afetando, conforme V. Exa. está bem colocando aí, achei boa a vossa posição, porque temos que discutir. Estamos numa fase de mudança no Brasil, o nosso País, nessa fase contemporânea, estamos tratando sobretudo da cidadania, como se deve formar o cidadão.

E o cidadão, primeiro de tudo, deve ser formado em cima da verdade, em cima do bom-senso, em cima de sua realidade, mas sobretudo da verdade.

Então, as cenas que assistimos ontem, além de serem ruins para nós, existem algumas pessoas que defendem a posição dos pilotos, porque o interesse é comercial, de contrato, dólares etc e tal.

Confesso a V. Exa. que sempre ajudei o meu time, o Londrina Esporte Clube, com dinheiro do meu bolso, além de ser torcedor, depois daquela “amarelada” que o Ronaldinho deu na Copa do Mundo, e tantas outras coisas que vemos por aí, não consegui sequer ver mais televisão, jogo de futebol pela televisão. Tirei a paixão dessas coisas.

E essa cena de ontem, é uma cena que ajuda a deformar o caráter em uma nação que queremos formar.

Parabéns. Acho que esse tema tem que ser discutido, não só aqui, mas nas escolas, lá junto com as crianças, para dizer que o mundo não pode ser dessa forma.

O SR. CLEITON KIELSE

Muito obrigado.

Na seqüência, presidente, nós temos não só nessa posição de Plenário, que estamos colocando um voto de protesto junto ao nosso requerimento contra a escuderia Ferrari, contra os dirigentes da Ferrari que não podem nunca mais repetir a dose de sofrimento que as mães brasileira, deputado Moysés, sofreram ontem, quando nos últimos segundos, a própria mãe do Barrichello, com certeza derramou lágrimas de sangue de ver o sofrimento, de tantas ironias do destino que colocaram em 1º, em 2º, em mais de vinte corridas e que afinal, teria essa vitória garantida.

Nós, como brasileiros, vendo não só os nossos irmãos cegonheiros da Renault, mas vendo aquela bandeira brasileira que vale muito mais que o nosso mandato, que deve ser sempre levantada à frente das questões, da direção, do reconhecimento e do sentimento do brasileiro, em saber que o nosso Brasil foi humilhado na tarde de ontem.

Infelizmente tivemos que passar por mais esse vexame.

Mas o mundo está levantando o nome do brasileiro Rubens Barrichello, com certeza.

O Sr. Algaci Tulio

Concede-me um aparte deputado?

(Assentimento)

Deputado Kielse, esse é um assunto que tenho certeza, não faltaria a nenhum de nós, parlamentares em

abordar lamentavelmente a vergonha que o Brasil passou ontem, pela atitude tomada pelo nosso corredor, Barrichello, mas acima de tudo pela escuderia Ferrari.

Não podemos admitir essa propaganda enganosa.

Ora, o cidadão assina um contrato sabendo que vai ser sempre o 2º, que nunca vai ser o 1º.

E nós brasileiros, somos chamados diariamente, pela televisão, pelo noticiário do jornal que no domingo às 9 horas da manhã vai ter o grande prêmio que o Barrichello vai ter a sua grande oportunidade, quer dizer, ficamos naquela expectativa, nos reservamos de sentar na poltrona, de ver a televisão e torcer para o Barrichello.

E, lamentavelmente, ele nesse episódio, foi de uma infelicidade a toda prova, muito embora tivesse que respeitar o contrato recente assinado, mas antes de respeitar o contrato deveria respeitar a bandeira brasileira.

A sua Pátria, o Brasil, exigia e torcia naquele momento pela sua vitória.

Ora, sofremos com Barrichello quando ele não chega ao final, sofremos com o Barrichello quando ele para na volta de apresentação, sofremos com o Barrichello quando ele tem tudo para ganhar e entrega o ouro.

É lamentável; tem fundamento o seu protesto.

Hoje é o protesto da imprensa internacional e a vergonha foi tamanha ontem, que o próprio Schumacher não teve condições psicológicas de subir ao pódio em primeiro lugar, cedendo ao Barrichello por entender que moralmente a vitória foi do brasileiro, mas que lamentavelmente uma cláusula contratual faz com que um corredor brasileiro se submeta ao interesse do capital estrangeiro. Lamentavelmente foi isso que nós vimos ontem, a nível internacional!

E faço aqui um apelo: façamos um boicote. Não se assiste mais, daqui para frente, corrida da "Fórmula 1", porque nós nunca vamos ver o Barrichello ganhar e se for para ficar torcendo para o Schumacher, os alemães que torçam, os italianos também; nós, brasileiros, vamos fazer um protesto. E um segundo ponto: vamos todos ao Procon fazer uma queixa de propaganda enganosa que é a "Fórmula 1" para nós, brasileiros.

O SR. NEIVO BERARDIN

Solicito um aparte, deputado Kielse.

O SR. CLEITON KIELSE

Pois não, deputado Neivo.

O Sr. Neivo Beraldin

Deputado Kielse, acho que nós temos que refletir muito bem exatamente o que o deputado Algaci Tulio falou. Existe quem comandou a parada do nosso Barrichello, mas existe ele também que está vendendo uma falsa ilusão ao povo brasileiro, assinando um contrato e embolsado milhões de dólares, e a mídia nacional e mundial, que é vendida. E mais uma vez fica comprovado que nós temos que fazer a nossa diferença localmente, temos que pensar globalmente, mas temos que agir localmente.

Se o cidadão, piloto brasileiro, não estivesse na mão desses fortes grupos econômicos, não teria uma cláusula que ele não pode vencer. Efetivamente, ele está ganhando muito dinheiro para servir como suporte à vitória da Ferrari. Ele garante o primeiro lugar ao Schumacher assinando um contrato e ganhando muito dinheiro.

Então, são sei quem está mais errado: se é quem mandou parar ou se é ele que parou.

Muito obrigado!

O SR. CLEITON KIELSE

Nós gostaríamos, realmente, que a Ferrari apresentasse o contrato real que foi feito com o corredor Rubens Barrichello, porque nós não podemos imaginar, nem eu e nem nenhum deputado que está aqui, que ele possa ter assinado e que obrigatoriamente ele terá que ficar em segundo lugar, sempre, quando estiver naquela posição. Acho que não é inconcebível apenas a este deputado, mas o mundo inteiro, que um desportista tenha que se oferecer ao bel-prazer, ao ridículo de uma empresa, a ter que sempre se subjugar. Um país inteiro que ama o esporte e que muitas vezes, senhor presidente, é a única notícia boa que nós temos, durante a semana inteira, nós vamos ter uma vitória ou do Guga, ou do Rubens Barrichello ou de qualquer atleta que venha representar o nosso país lá fora.

Por isso, nós fizemos este voto de protesto à Federação Brasileira de Automobilismo, que ela venha a ter contato com a escudeira Ferrari, que nunca mais ocorra isso, porque realmente, como falaram muito bem os deputados Algaci Tulio e Neivo Beraldin, nós que temos que, daí, limpar no dia de domingo aquela corrida que sempre é um prazer para todos os brasileiros: verificar a disputa, verificar a competência, verificar a determinação não apenas do Barrichello, mas de qualquer brasileiro que lá esteja.

Por isso, senhor presidente, eu queria refletir junto com todos, sabendo que estou falando no coração de todos que abaixaram a cabeça ontem e não acreditaram naquela mudança, alternando a posição do Michael Schumacher e ele mesmo teve vergonha de subir no palanque dizendo que teria sido campeão. Honra-se até o nome de Michael Schumacher por ter tido a humildade de reconhecer que ele não foi o vencedor na tarde de ontem e, sim, os nossos brasileiros que tanto sofrem, que tanto rezam, que tanto fazem para ver um brasileiro, seja o Rubens Barrichello, seja o Massa ou qualquer outro brasileiro, em cima do pódio.

Quero que esse requerimento, senhor presidente, seja enviado de preferência ainda nesta semana, para termos, dentro desta semana, uma declaração oficial da Federação Brasileira e da nossa querida Ferrari, que não mais é tão querida, que tenho certeza que até alguns compradores de Ferrari do Paraná estão pensando se vão comprar o modelo novo: o Anibelli já disse que não vai mais comprar.

Mas, senhor presidente, só reiterando, nós queremos a resposta oficial a esta Assembléia da Federação

Brasileira, para que tenhamos orgulho de algum dia vermos o Barrichello ou qualquer brasileiro em cima do pódio.

Era isso senhor presidente.
Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

No Pequeno Expediente, com a palavra o deputado Luiz Carlos Zuk.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

Há duas semanas e meia atrás, aqui compareceram os subempreiteiros que acreditaram na privatização da telecomunicação do Paraná, para envolver esta Casa, conjuntamente com o Procon, que aqui compareceu o seu diretor, o Ackel, e que reclamava aquele posicionamento de direito, de fato e de razão daqueles vigaristas que aqui se encontravam como empreiteiros da Brasil-Telecom. Foi um trabalho realizado em dezembro, janeiro, fevereiro, março e abril, que não estava sendo pago para aqueles que realizaram o seu trabalho.

Esta Casa, através de seus inúmeros deputados, e mais de perto com a Comissão de Investigação da Telefonia do Paraná, através do presidente Tony Garcia, se posicionava junto à Presidência, da viabilidade da implantação da terceira Comissão de Investigação. De pronto o que nós desta Casa e nós todos paranaenses de boas-intenções conseguimos fazer? Rescindir o contrato da Brasil-Telecom com aquele empreiteiro vigarista!

E o que nós vemos hoje, é novamente nesta Casa aquelas pessoas que desde a implantação da Renault do Paraná, prestavam os seus serviços. Nada mais justo do que ocorrer a mesma coisa, eles anularem esse contrato feito com esse lobby nacional e devolverem para eles a condição de trabalho e de sustento de suas famílias, que faziam muito bem nesses vários anos que ali atuaram.

Falta, senhor presidente, senhores deputados, e acredito e tenho a certeza absoluta que nós haveremos de ajudar em um meio a mais de solução, para que esse impasse realmente seja solucionado.

Tenham os nossos visitantes a certeza de que nós queremos, nós a Bancada do PDT, os seis deputados, que têm na minha pessoa a liderança somatória, eu acredito que com a maioria desta Casa e com a Mesa Executiva, para acharmos uma solução naquele diretor-presidente, que foi homenageado neste Plenário, e que agora se ele estaria para receber esse título e se as suas pessoas tivessem aqui vindo naquela ocasião com isso que lhes foi feito agora, ele teria a mesma vergonha que teve o Schumacher, relatada naquela tribuna, de receber um título de cidadão paranaense prejudicando a família do transportador cego do nosso Paraná.

Mas, vamos continuar lutando para que realmente encontraremos uma solução.

Como último assunto, senhor presidente, não gostamos de algumas linhas que tem a Rede Globo de Tele-

visão, mas concordamos com essa que agora se apresenta no horário nobre, um exemplo à família brasileira, um alerta à juventude do nosso Brasil, na questão referente à droga. Tem a novela apresentado o melhor e mais qualificado quadro do que representa a droga em uma família e o que faz a droga em um jovem. E ali estampado em um figurino feminino, onde uma moça de família, se envolve com más-companhias, e outro filho de família que também se envolve com outros desajustados e apresenta um quadro no qual toda a família é prejudicada e como toda a comunidade também é contaminada.

Quero, senhor presidente, neste nosso pronunciamento, cumprimentar a Rede Globo de Televisão, mais de perto O Clone, que mostra à família brasileira, através de uma de suas passagens o que muitas famílias só vão conhecer depois que não tem solução. E ali está estampado, deputado Miltinho Pupio, aquilo que é mais nocivo à nossa juventude que é a droga, que é o meio pelo qual se contamina a razão, a consciência se materializa dentro até da alma, do espírito, uma transformação de agressão a amigos, de agressão a familiares e de agressão muito pior ainda a si próprio, fazendo com que aquela figura humana, aquela filha de família se transforme num trapo e realmente numa coisa que a gente às vezes não pode chamar de humano.

Querida senhor presidente, cumprimentar aquele exemplo digno que ali está estampado e traduzir de que encontremos naquilo que está sendo apresentado, um caminho. Nós que lidamos com lei, que possamos a cada dia mais fazer leis mais severas a nível de Estado e a nível de Nação para retirar da sociedade aquilo que é nocivo à nossa família.

Encerro, senhor presidente, uma vez mais pedindo à Comissão Executiva na pessoa do ilustre deputado Elio Rusch, como V. Exa. deu no sentido da telefonia e deram a razão àqueles reclamos aqui apresentados e que saiam esses chefes de família honestos, trabalhadores, pelo menos com mais uma posição desta Casa, principalmente da presidência e da Mesa Executiva, não de uma ingerência, mas principalmente de uma posição junto à direção da Renault, para que possamos devolver aquilo que eles querem que é somente uma palavra que traduz o caráter deles todos que a palavra chama-se trabalho.

Obrigado, senhor presidente, obrigado, senhores deputados.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

No Pequeno Expediente, com a palavra o deputado Eli Ghellere.

O SR. ELI GHELLERE

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

Uso a tribuna nesta tarde para falar de dois assuntos. Primeiro, é a questão da telefonia, a questão da Telepar. Já há algum tempo atrás eu usei a tribuna para falar que a Telepar Brasil Telecom, depois que foi privatizada, começou a criar no interior do Estado algumas figuras

novas que nós não conhecíamos. Em cada distrito dos municípios, em cada localidade, ela começou a criar algumas centrais autônomas e cobrar tarifa telefônica a ligação de um distrito para outro ou de uma localidade para outra ou até mesmo do distrito para a sede do município.

No município de São Miguel do Iguaçu, que é onde eu moro, nós temos cinco comunidades que são interurbanos para ligar de uma comunidade para outra - de Aurora para São Jorge, de São Jorge para Cacique, de Cacique para Santa Rosa, de Santa Rosa para a sede do município. Nós fizemos esta denúncia aqui na tribuna, depois fomos até o Procon onde fomos muito bem recebidos pelo coordenador Estadual do Procon, Dr. Naim Ackel, que inclusive colocou a assessoria jurídica do Procon à nossa disposição, fomos à Anatel, à Telepar, à Faciap. Também procuramos o Ministério Público Estadual e Federal. Fui orientado pelo Ministério Público Estadual e Federal que deveria entrar com uma ação judicial contra a Telepar e contra a Anatel e assim procedermos. No dia 31 de abril a Dra. Sandra, juíza federal de Foz do Iguaçu, concedeu uma liminar dizendo que a partir de 1º de julho não existe mais a cobrança de tarifa telefônica dentro dos limites do município de São Miguel do Iguaçu.

Trago essa comunicação à Assembléia Legislativa, para que fique registrada nos Anais que, a partir de 1º de julho, por decisão da Polícia Federal, não existirá mais cobrança e tarifa telefônica, dentro dos limites do município de São Miguel do Iguaçu. Se a empresa não se adequar tecnicamente e continuar fazendo a cobrança, terá uma multa de 10 mil reais para a Telepar e de 10 mil reais, para a Anatel, por dia de atraso.

Deixo à disposição das comunidades do interior, dos municípios, das câmaras de vereadores, das associações comerciais, o trabalho que fizemos, para que, os municípios, se quiserem também seguir essa linha, essa orientação jurídica, poderão obter as suas decisões, mesmo que seja em caráter provisório, mas com certeza terão uma decisão definitiva. É um serviço que também a Assembléia Legislativa vem colocando à disposição dos nossos companheiros do interior do Estado.

Obrigado, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao deputado Antonio Carlos Belinati.

O SR. ANTONIO CARLOS BELINATI

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

O assunto que me traz a esta tribuna, na tarde de hoje, seguindo a linha do deputado Cleiton Kielse, que fez um pronunciamento ainda há pouco, envolvendo a Ferrari, no Grande Prêmio da Áustria, de ontem - um assunto relacionado à área do esporte.

Tenho recebido inúmeros pedidos, deputado Nelson Tureck, na minha região, de pessoas que são

portadores e assinantes de antena parabólica e que, pasmem os senhores, nesse ano da Copa do Mundo, 22 milhões, deputado Moysés Leônidas, de assinantes de antena parabólica não terão o seu direito de assistir a Copa do Mundo, por questões contratuais e comerciais.

Tendo em vista as declarações do presidente Fernando Henrique Cardoso, com relação à convocação da Copa do Mundo, nos dá uma amostra de que o povo brasileiro é muito ligado ao esporte e, principalmente, ao futebol. Tem muitas pessoas que não assistem aos jogos regionais, ao campeonato brasileiro, aos torneios São Paulo-Sul-Minas. Mas muitas donas-de-casa e pessoas me procuram, dizendo que vão assistir aos jogos da seleção brasileira.

Na região de Cornélio Procópio, por exemplo, onde não é possível se pegar a rede local de transmissão, as pessoas dependem da antena parabólica, para poder assistir os jogos da Copa do Mundo. Por uma questão contratual - como já foi dito, aqui -, não será possível a transmissão. As pessoas terão que pagar uma quota extra, para poder receber em sua casa o jogo da seleção brasileira de futebol!

Nesta tarde, senhor presidente, estou apresentando requerimento, nesta Casa, pedindo a intervenção do Ministério da Comunicação no sentido de intermediar uma negociação, para que esse povo de Ortigueira, Cornélio Procópio, Santa Amélia, Santa Helena e as inúmeras cidades do Paraná, que têm dificuldade em captar os sinais das transmissoras que o ministro possa encampar o que os nossos deputados federais e senadores possam ajudar nessa negociação, para que essas pessoas tenham acesso ao direito de assistir os jogos do Brasil, na Copa do Mundo.

Sabemos que, apesar da dificuldade de horário, de muitas pessoas estarem trabalhando no dia dos jogos da Copa do Mundo, quando se fala em seleção brasileira, todos nós, brasileiros, vestimos a camisa verde-amarela da nossa seleção.

Portanto, peço o apoio ao senhor presidente e aos deputados, nesta Casa, para que aprovemos, nesta Sessão, um requerimento para que o ministro possa fazer a interlocução nas questões comerciais, envolvendo todos os órgãos do governo federal, para que possam ajudar nessa negociação com quem detém os direitos de transmissão da Copa do Mundo, para que esses mais de 22 milhões de brasileiros, que têm antena parabólica - há um levantamento de que são no Paraná, em torno de 500 mil famílias, que teriam privado o seu direito de assistir a transmissão da Copa do Mundo. Que nós possamos aprovar esse requerimento e que seja concedido a esses assinantes de antena parabólica, o direito de assistir aos jogos da seleção brasileira.

É esse, senhor presidente, o assunto que me traz a essa tribuna.

Agradeço a aquiescência de V. Exa., e peço o apoio dos senhores deputados.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

No Grande Expediente, deputado Neivo Beraldin.

O SR. NEIVO BERARDIN

Senhor presidente, senhores deputados.

Na verdade, pedi para me inscrever no Grande Expediente, mas não farei uso do tempo integral, tendo em vista que vou falar sobre a questão do Banestado numa outra oportunidade, visto que estamos buscando a documentação mais precisa para que possamos fazer um relato à Casa do achaque dado ao povo do Paraná através do Banestado, pelo governo do Paraná.

Mas, senhor presidente, estamos aqui hoje mais uma vez com a presença dos cegonheiros.

Acabamos de falar de Rubinho Barrichello, da Ferrari, acabamos de receber a visita passada daqueles que foram lesados pela telefonia do Paraná, pelos grupos internacionais que se associam a grupos brasileiros e acabam monopolizando a nossa mão-de-obra, e acabam levando embora o nosso suor e naturalmente os cegonheiros estando aqui revelam mais uma vez que o Paraná participa desse conluio com grupos econômicos internacionais. Se verificamos a Sanepar e verificamos o que está acontecendo com o Brasil Telecom e o que está acontecendo com a nossa Renault, empresa essa que o Estado deu grande concessão, empresa essa que o Estado comprou de um cidadão a 3 reais o metro quadrado, e eu estou levantando no cartório de registro de São José dos Pinhais a diferença de preço de um lote e outro lote para instalar a Renault! Vamos verificar que o primeiro que vendeu, foi desapropriado por 3 reais o metro quadrado. Agora, os outros, ao redor, eu vou revelar logo mais para provar a situação que foi instalar a Renault, aqui.

Alguns, 3 reais o metro quadrado, outros mais de 20, outros talvez mais de 50. Será mais um escandaloso meio normal pelo atual governo.

Mas, senhores deputados, eu apresentei um requerimento na semana passada, para que se crie uma comissão especial, a fim de que possa investigar a questão dos cegonheiros, e pedi ao deputado Algaci Tulio que encampasse essa parada, porque já tive um desgaste suficiente indo à Renault e não tendo sido recebido, porque me disseram que eu deveria me dirigir à França, para direção mundial afim de que pudesse entrar para intermediar uma ação de brasileiros.

Então, espero que o deputado Algaci Tulio encampe essa parada e que toque em frente, em nome desse Poder Legislativo. Eu farei parte, deputado Algaci Tulio, serei o colaborador diário, mas V. Exa. como já se dispõe, vai, evidentemente tocar esse assunto e nós estaremos juntos, permanentemente colaborando no sentido de ajudar com a questão da Renault.

Senhor presidente, senhores deputados. Recebi do senhor Edilson Aparecido de Paula, Conselheiro da Fundef, representante da APP Sindicato e do senhor Bittencourt Filho, também conselheiro do Fundef, uma carta onde diz o seguinte:

“Na condição de membro titular do Conselho Estadual, instituído pela Lei Federal 9294 de 24.12.1996 para exercer o acompanhamento e controle social e repartição de transferência e aplicação dos recursos do Fundef, venho solicitar ao nobre deputado, o apoio no sentido de apurar as irregularidades latentes do Fundef.

Solicito sua ajuda, motivado pela postura que V. Exa. vem demonstrado em prol da moralidade e temos inúmeras dúvidas que os membros do Conselho do Fundef, - sabe V. Exa - são sete membros, conforme a Lei nº 9424/96, e que o governo do Estado vetou um dos membros de Cascavel e que agora são apenas 6 membros e constato que o Fundef não tem conta específica para administrar o seu Fundo...”

Aí eu gostaria de chamar a atenção do deputado Vanhoni, como Presidente da Comissão de Educação da Assembleia Legislativa para que convoque os membros do Conselho que regulam a aplicação dos recursos do Fundef, porque eles estão dando uma declaração pública, uma carta enviada a este deputado, que o Fundef não tem conta específica, que o governo lança 150 milhões de repasse a municípios, sendo que eles não têm certeza se houve ou não houve esse repasse, que o governo do Estado teria repassado esse dinheiro porque teriam poucos alunos e então teria, pela lei, obrigação de repassar esse dinheiro aos municípios. Então, uma série de dúvidas, uma sequência, que eu entendo muito graves e concedo aparte com muito prazer, ao presidente da Comissão de Educação da Assembleia Legislativa, deputado Ângelo Vanhoni.

O Sr. Ângelo Vanhoni

Muito obrigado, deputado Neivo Beraldin.

Gostaria de sugerir a V. Exa. que recebeu esta correspondência por parte dos membros do Conselho, que encaminhasse oficialmente os termos dessa comunicação, para a Comissão de Educação, porque na quarta-feira, a Comissão se reúne e poderá debater e decidir imediatamente pela convicção dos membros e tomar as medidas necessárias para a legislação, tanto a LDB quanto a normatização constitucional, que prevê a aplicação correta do Fundo de Amparo à Educação, do Fundef.

Então, a minha sugestão, que, com posse desse documento, a Comissão de Educação, na quarta-feira, às 9h00 da manhã tem reunião e poderemos decidir a respeito desse problema, porque pelo que V. Exa. relata, no teor da correspondência, há um descumprimento da norma legal, tanto por parte do governo e também o reconhecimento, por parte dos membros do Conselho de que não há o cumprimento da norma legal.

O SR. NEIVO BERARDIN

V. Exa., a partir dessa correspondência que recebi em 30.04.2002, evidentemente, poderá convocar a secretária da Educação e os membros do Conselho do Fundef para que mostrem os documentos que comprovem o repasse do recurso para os municípios, cópia de balance-

tes que comprovem o pagamento de 6 milhões com água ou cinco milhões com luz, que comprovem todas as despesas do dinheiro aplicado à educação. Agora, uma coisa eu já vou adiantar a V. Exa., no início do governo, o governo investia mais em educação e arrecadava menos; ele aplicava quarenta e pouco por cento em educação. Hoje ele aplica menos de 20% conforme o balancete de 2000, porque as contas de 2001 ainda não chegaram a esta Casa. Mas conforme o balancete de 2000, caiu, assustadoramente, a aplicação de recursos na Educação. E há fortes indícios de malversação de dinheiro do Fundef - como já disse, e também do Proem. Há fortes indícios que eu acho que, se a Comissão de Educação resolver chamar para prestar contas de toda essa aplicação desse dinheiro, teremos um trabalho magnífico.

Vou resumir dizendo o seguinte: aqueles que estão levando cheque para o interior, do governo do Estado, podem ter uma coisa de certeza no coração, poderão estar levando dinheiro do Fundef, poderão estar levando dinheiro do PROEN, poderão estar levando dinheiro do ex-secretário, porque já saiu fora da Secretaria, o Ficinski; poderão estar também levando dinheiro do Salomão que foi embora, também. Devagarinho eles estão saindo do governo, discretamente. Estão indo embora porque a contabilidade não fecha nem aqui, nem na China. Nós teremos grande trabalho e olha, escreva o que estou imaginando: na mudança de governo, teremos grandes notícias. Porque falsificar documento é grave. Não cumprir a Lei de Responsabilidade Fiscal é grave. Não cumprir a Lei 9424 de 96, que determina a aplicação de recursos para a educação, é gravíssimo!

Então, senhores deputados, atentem para esses assuntos. São fundamentais à nossa população, que tem sentido, na ponta, as dificuldades com o ensino. Disse aqui o deputado Colombo na semana que passou: se criou uma estrutura de diploma e se deixa de investir naquilo que é fundamental. O governo do Paraná hoje, está fazendo o mínimo para manter o status de governo. O mínimo, o mínimo! Se formos verificar a aplicação na saúde, o governo não aplicou nem 2% do que a Assembleia aprovou. Se verificar a Segurança, o governo também não aplicou na Segurança.

Para encerrar, gostaria de solicitar ao 1º secretário - Valdir Rossoni, para que contrate um engenheiro e que coloque um som para que a gente tenha retorno. Porque o som piorou na Casa. Com a reforma feita há pouco tempo, a qualidade do som, o retorno caiu muito. E toda vez que temos que pedir um aparte; primeiro temos que dar sinal lá em cima, aí, se ele libera o sinal, lá, temos condições de usar o microfone, se não libera o microfone está desligado. Antes não era assim. Embora devo reconhecer todo o esforço do deputado Valdir Rossoni que fez uma reforma bonita. Mas essa questão do som é delicada e acho melhor contratarmos um engenheiro de som, que em poucos minutos irá resolver essa parada.

Com aparte o deputado Valdir Rossoni.

O Sr. Valdir Rossoni

Olha, fizemos aqui esta reforma na questão do som em uma empresa especializada. A empresa fez treinamento necessário aos funcionários. Mas, lamento, também, de que o som está em péssimas condições e em péssima qualidade. Há pouco estava sinalizando aos funcionários de que o som está estridente, está difícil de você aguentar aqui. Acredito que algo tem que ser feito e gostaria que depois os funcionários do som se dirigissem, à 1ª Secretaria, para ver o que é necessário, porque não é por falta de equipamentos; é o que tem de mais moderno. O que está faltando é regulação.

Compreendo V. Exa., aceito sua reclamação e vim aqui procurando contribuir com o som, para que melhorasse, mais infelizmente quem está aqui dentro não agüenta esse som por muito tempo.

O SR. NEIVO BERALDIN

V. Exa. entenda, meu caro amigo Waldyr, que não é uma reclamação é uma constatação, porque toda vez que usa a tribuna, o parlamentar tem que se esforçar achando que ninguém está escutando, porque não tem o retorno aqui para ouvir.

Então todo o parlamentar que for usar a tribuna, terá que falar muito alto e ao mesmo tempo, os visitantes, como disse V. Exa., sentindo um som que não está regulado, não tem grave, não tem agudo, não tem frente, não tem retorno. Acho que V. Exa. tomou a decisão certa de reunir-se com quem ganha para fazer bem feito!

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

No Horário das Lideranças, consulto as Lideranças do PL e PSC.

O SR. CLEITON KIELSE

Gostaria de registrar a presença do Cônsul da Itália, Dr. Mário Trampeti. Nós estaremos aqui no dia 29/5, fazendo homenagem à etnia italiana, onde estarão grandes empresários, pessoas célebres descendentes italianos, mostrando a parceria real que existe entre o governo, o Estado do Paraná, e todos os nossos amigos italianos, ítalo-brasileiros.

Seja bem vindo, Cônsul! Já mostrei a sua posição quanto à questão da escuderia Ferrari. O senhor é totalmente contra a posição da Ferrari, para não ficar nenhum ranço contra os italianos. Foi uma questão da escuderia; não tem nada haver com os italianos.

Obrigado pela presença, Cônsul!

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Seja bem-vindo!

No Horário das Lideranças: PSL, PPS, PDT, PT, PPB, PMDB.

Concedo a palavra ao deputado Nereu Moura, do PMDB.

O SR. NEREU MOURA

Senhor presidente, senhores deputados.

Há 26 anos surgia no Oeste do Paraná, um dos órgãos de informação mais conceituado do nosso Estado, o jornal “O Paraná”, que na quarta-feira completará 26 anos de existência. O órgão de imprensa conceituado, respeitado, que ao longo de toda a sua trajetória não decepcionou, trazendo sempre notícias sérias, fundamentadas e com imparcialidade. E Cascavel, senhor presidente é um município farto em jornais, e em órgãos da imprensa, para orgulho do povo do Oeste do Paraná, dos mais prestigiosos.

Cascavel talvez seja a cidade do Paraná, onde tem o maior número de diários. Cascavel possui, além de o jornal “O Paraná”, o jornal “Gazeta do Paraná”; o jornal “Hoje”, o jornal “A Cidade”, todos órgãos diários, todos jornais de credibilidade. E que não só prestam um serviço extraordinário para a região Oeste, mas para todo o Paraná.

Mas hoje quero falar do jornal “O Paraná”. Porque esse órgão da imprensa do nosso Estado, completa 26 anos de existência. Lembro-me, ainda guri, menino, estudando no seminário diocesano de Cascavel, lembro-me exatamente o dia em que o jornal “O Paraná, começou a circular. Recordo-me de uma campanha que foi feita no Oeste do Paraná, para definir o nome do jornal. Depois, aquela campanha nas escolas e onde a população inteira votou para escolher o nome do jornal. Lembro-me do dia em que o jornal “O Paraná” circulou pela primeira vez. E de lá para cá, 26 anos se passaram! Uma trajetória coroada de pleno êxito e sucesso.

Eu quero aqui, em meu nome, do meu partido, PMDB, e com certeza em nome de todos os jornais e de todos os deputados que compõem esta Casa, parabenizar o jornal “O Paraná”, de Cascavel, na figura dos diretores, funcionários, proprietários e sobretudo na figura do finado, grande e ilustre jornalista que foi um dos que plantou a idéia do jornal “O Paraná” -, finado Emir Sfair, que faleceu há 3, 4 anos atrás.

Por isso a gente tem que prestigiar as coisas boas que aconteceram no nosso Estado.

A nossa imprensa, que luta de forma aguerrida para poder noticiar, trazer à tona os acontecimentos, que com percalços, com dificuldades busca fazer com que o povo do Paraná se informe corretamente dos episódios e dos acontecimentos, merece o destaque, merece na verdade essa pontuação positiva e eu quero aqui, então registrar esse acontecimento dos mais importantes, quando um jornal do interior, como da cidade de Cascavel, diariamente circula trazendo informações, notícias suprimindo a necessidade que se tem de uma imprensa independente que não se omita e que possa dar informações precisas, corretas como o jornal “O Paraná” de Cascavel tem feito ao longo dos 26 anos.

Por isso, deputado Elio Rusch sei que é a posição de V. Exa. também, como deputado do Oeste do Paraná, como é a posição de todos os deputados desta Casa,

registrar hoje com muita alegria o 26º aniversário do jornal “O Paraná”.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Liderança do Governo.

Deputado Durval Amaral.

O SR. DURVAL AMARAL

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

O Partido da Frente Liberal, reunido hoje pela manhã, através da sua executiva tomou a seguinte decisão, que faço questão de oficialmente comunicar aos senhores deputados, comunicar à imprensa, enfim, comunicar a toda sociedade paranaense:

“1º - O PFL por sua executiva estadual resolve fechar questão para coligar nas eleições majoritária e proporcional, preferencialmente com os partidos da base aliada, destacando-se que o partido tem nomes para indicar às eleições majoritárias.

2º - Os candidatos às eleições majoritárias serão indicados pelas respectivas executivas e, consenso”.

Ou seja, senhor presidente, o candidato a governador sairá do consenso dos partidos da base aliada, a saber preferencialmente PFL, PSDB, PSL, PPB e, claro, PTB.

Pelo menos essa é a nossa expectativa.

Uma vez esses partidos conseguindo isso, ou pelo menos a maioria prevalecendo, a maioria dos partidos com o candidato indicado entre eles, entre esses partidos, o candidato escolhido automaticamente terá o apoio do PFL.

Todas as tratativas com os demais partidos, serão feitas pelo nosso presidente, o João Elísio.

Ele é a única pessoa encarregada e responsável para falar com os demais partidos e esta semana ele estará negociando, tratando dessa coligação com o PSL, PPB, PTB, PSDB, e ao final de todas as tratativas o presidente do partido trará o resultado desses entendimentos à executiva, que procurará referendar o que for encaminhado pelo presidente João Elísio.

Como aqui estamos entre parlamentares, estamos respeitando a conduta sempre ética da Oposição, dos vários partidos de Situação e de Oposição, incumbiram-me os senhores deputados do PFL, de trazer à Assembléia Legislativa quais os rumos que o PFL vai seguir na eleição do dia seis de outubro.

Espero ter sido fiel à decisão do partido. Quem fala e faz todas as tratativas com os demais partidos é o nosso presidente João Elísio, ficando todos os demais, automaticamente desautorizados a falar pelo Partido da Frente Liberal.

Sabemos sempre que o nosso partido seguirá à risca a orientação do governador Jaime Lerner, porque tem sido, desde o início, a de reviver da disputa eleitoral, a aliança que tem dado sustentação política ao governo Jaime Lerner na Assembléia Legislativa.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Liderança da Oposição, Waldyr Pugliesi.

O SR. WALDYR PUGLIESI

Senhor presidente, senhores deputados.

Essa aliança que está sendo anunciada pelo líder do Governo, vai ter um bocado de trabalho! Quero ver esses partidos conquistando voto de cegonheiros, de professores! Quero ver se repetir a história vivida no passado lá em São Paulo, quando todos os partidos, o tubaronato paulista se uniu em torno de uma candidatura que não decolava “nem a pau” e o Jânio Quadros apareceu e levou de roldão toda aquela miscelânea de partidos, muitos deles descaracterizados.

Pago para ver! A política brasileira está desse jeito, descaracterizada. Os partidos esquecem os seus filhos. Esse governador que eles estão dizendo que vai ser o timoneiro dessa aliança, outro dia foi proibido de entrar num programa deles mesmos, porque tirava voto. Agora eles acham que com a chegada de alguns cheques, que no meu entendimento foram tiradas das próprias cidades pelo aumento dos impostos que foram praticados aqui pela Bancada do Governo, eles acham que vão mudar o jogo. A democracia é boa, não existe nada melhor do que ela, por causa dessas coisas. Nada como um dia atrás do outro.

Aqueles que se elegeram com os votos dos professores vão ter que suar sangue para ver se vão chegar mais uma vez com o estelionato eleitoral na boca da eleição, como a intervenção que fizeram nas praças de pedágio.

Senhor presidente, não me compete entrar em searas alheias, mas aqui, além de ser deputado, sou observador político. Sou alguém que ao longo de tantos e tantos anos tem visto verdadeiros suicídios anunciados. Alegro-me com isso tudo. Porque tanto empenho nessa coligação? Porque eles não têm candidatos separadamente.

Se vocês pegarem o quadro de candidatos a deputado federal do PFL, talvez não sejam tantos quantos os dedos que tenho nesta mão. Portanto, estão anêmicos e fragilizados pela política que fizeram durante todos esses anos. Então, é preciso pegar um punhadinho daqui, outro dali, para ver se faz um punhado com uma cara palatável para o eleitor e aí, depois, eles virão com o quê?

“Nós estamos querendo, Paraná, mais quatro anos, para fazermos aquilo que fizemos com o Banestado: colocarmos cinco bilhões lá e vendermos por um e meio”.

Raciocinem: se vocês comprarem um caminhão por cem mil e depois venderem por vinte, vocês vão ver o que as suas famílias vão fazer com vocês! Agora, o governo, que deveria ser pai, que não deveria fazer isso, fez, e nós não nos esquecemos, vamos cobrar!

Outro dia estávamos aqui, aliás, desde a primeira hora, falando que a Copel era estratégica, fundamental para o futuro do Paraná, que a Copel seria competente e competitiva; eles falavam que não, o governo falava que

não, que iria perder todas as suas condições. Eu falava que a Copel era altamente lucrativa e eles diziam que ela não daria mais lucro.

Pois bem, outro dia eles foram obrigados, pela lei, a publicar o balanço, e a Copel teve um lucro de 475 milhões, só no ano de 2001! Mas, eles querem vender: se voltarem com aval popular para o Palácio Iguaçu, não venderão só a Copel, não, vão vender, inclusive, o Palácio Iguaçu! Vão vender tudo!

É um desrespeito à história do Paraná!

Gostaria que Ney Braga estivesse vivo, mas o Canet está aí muito vivo e poderá dar o seu testemunho. As grandes figuras deste Estado que poderiam falar a respeito deste Governo diriam que ele não teve respeito para com a sua história, metidos a serem internacionais, quando interessam no sentido de defender criminosos, como Sharon, lá de Israel, querem descaracterizar tudo de nós, brasileiros.

Olha, essa campanha que vem aí, promete muito! Nós temos um pré-candidato, que todos se preocupam em todos os dias, em todos os momentos, em afirmar que não é candidato, que é o Roberto Requião. Ontem ainda, antes de ontem, na quinta-feira, na sexta-feira, ele falou tantas vezes que é candidato ao governo do Estado, mas as notas, todos os dias, vão teimar e insistir que ele não é candidato.

O Requião não será candidato, somente no dia que ele comparecer perante à imprensa, numa entrevista coletiva, e falar: “eu não sou candidato”.

Esse candidato vai meter o facão de cima a baixo nessa situação que está aí!

Imagino essa coligação, por exemplo, com o Lerner, e até lá, talvez, eles convençam o arredio, o indisciplinado Rafael “nau” Greca, a entrar também na caravana e gostaria de ver todos eles chegarem em Almirante Tamandaré e falarem: “nós queremos mais quatro anos por que nós damos segurança à mulher, à família de Almirante Tamandaré”! Seriam ovacionados, porque eles teriam um esforço danado que poucas foram assassina-das! Depois outra: “mas, só mataram vinte mulheres, está assim de mulher (gesticula as mãos)”! Certamente, seria o argumento deles.

Meu Deus do céu, vamos ver cada aliança que vai fazer a Irmã Paulina se enfiar num buraco!

Outro dia me perguntaram, aí da imprensa, como que eu estava reagindo numa sibilina proposta do PMDB Nacional, que não tem cara, não tem vontade, é um punhado amorfo, sem cheiro, na direção de se apoiar o PFL.

Com todo respeito às pessoas do PFL, mas eu tenho uma idiosincrasia total e absoluta com o PFL por causa da doutrina, não pelas pessoas que estão lá.

Respeito a posição de todo mundo, mas falei: tragam-me 50 caixas de Engov, que essa não vai dar para ficar sem vomitar!

Então, é isso que fizeram para esse país.

Pegam o país, senhor presidente e falecem. O “testa de lagartixa”, candidato à presidência da República.

Nós precisamos vender os ativos nacionais, porque diminuirmos a dívida, então pagaremos menos juros...

Venderam tudo, a dívida pulou de cinquenta e três para setecentos bilhões. Nós temos trinta milhões de analfabetos, morrem assassinados só nas áreas metropolitanas, muito mais do que os que morreram na Guerra do Vietnã. O conflito árabe, israelita, palestino, mata menos do que as mães desnutridas que geram fetos que não conhecem nem o primeiro ano de vida.

E querem ficar mais tempo, mais quatro, mais oito, mais dezesseis! Alguns cretinos andam falando ainda na “re-reeleição” do presidente da República! Aquele que escreveu, mas tem vergonha que leiamos aquilo que ele escreveu!

Aquele que falou, mas quer que esqueçamos aquilo que ele falou! Que presidente da República é esse, que se envergonha daquilo que falou? Eu nunca me envergonhei do trilho, do caminho, da estrada que trilhei ao longo de todos esses anos! Vejo aqui nesta Casa, a ausência do debate político.

Muito bonito que se levantem, inconformados com a posição da Ferrari, mas o próximo discurso poderia ser da precessão dos equinócios, que tem muita interatividade com o povo brasileiro.

Ou por que não, como falei para o grande jornalista Milton Ivan, por que não?

Estudamos, discursamos a respeito da luminosidade dos pirilampos. É uma coisa que interessa muito a todos nós. Logicamente, que o meu discurso faz com que pessoas fiquem extremamente irritadas.

Mas, fazer o quê? Estava dizendo em relação a esse medíocre piloto que ontem poderia ter ganho. Se fosse eu, o piloto, não assinaria contratos que me tirassem a vergonha que tem que levar na cara! Eu não cumpriria. Fala para o Requião se me mandar votar no PFL, vamos ver se eu vou votar! O chefe da equipe tem que ser companheiro, talvez o mais humilde!

Então, estamos vivendo em um mundo que, parece-me, não existe. Essas maravilhas do governo Lerner, não tenho visto, não! Falar que as montadoras vieram para cá, mas elas viriam para cá sem nenhum tostão que lhes dessem de vantagem!

Agora, por que não dar as mesmas vantagens aos empresários paranaenses ou brasileiros que querem vir para cá? Por que não pagar essa Copel e fazer dela um instrumento maior do desenvolvimento deste Estado em áreas que não conhecem o desenvolvimento, em áreas onde a industrialização não se verificou?

Senhor presidente, de um lado, quero cumprimentar a todos aqueles que estão esforçadíssimos no sentido de se coligarem contra as candidaturas populares do padre Roque, do Requião e não sei mais de quem vem por aí. É legítima a pretensão, mas eu não entendo mais

nada! Estão esperando o PTB, mas o PTB lá em cima, senhor presidente, parece-me que já “botaram” a assinatura em um documento: o PDT, o PPS e o PTB.

Então, o que é que vai acontecer? O que argumentam? “Ah! Mas o Martinez tem dívida com a Previdência, tem dívida não sei com quem!” Mostrem-me aí qual é a emissora de televisão, o conglomerado de empresa...

(Corte no som)

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Solicito ao deputado Waldyr Pugliesi que encerre o seu pronunciamento, por gentileza.

O SR. WALDYR PUGLIESI

Então, não é por aí!

O que eu quero dizer é o seguinte: tenho fundadas esperanças de que na eleição o pessoal aqui tinha uma época que para determinado candidato, quando a lei me permitia mais, eles faziam assim para se votar no prefeito daqui (faz gestos).

Agora eu falo para todos os eleitores (faz mais gestos)!

Aí é que está o caminho certo.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Queremos comunicar aos senhores deputados que a Presidência da Casa acaba de receber um ofício do secretário da Fazenda, o senhor Ingo Hübert.

(Lê ofício)

O ofício já está despachado pelo presidente Hermas Brandão, dando ciência à Comissão de Orçamento e Finanças, porém, para o dia 29 de maio.

Encerrado o Horário do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 senhores deputados.

Sobre a mesa, Ofício nº 148/2002-GAB, subscrito pelo senhor secretário de Estado da Fazenda, constante do expediente, consultando a Presidência desta Casa de Leis, quanto à possibilidade da avaliação quadrimestral de que trata o artigo anteriormente citado, seja realizado no dia 29 de maio próximo, na Comissão de Orçamento e Finanças desta Casa. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins. Participe à Comissão de Orçamento e Finanças.**

Projeto de resolução de autoria do deputado Caíto Quintana, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Durval Amaral, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois) de autoria do deputado Algaci Tulio, constantes do expediente. Necessitam de apoioimento. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Hermas Brandão, constante do expediente. Necessita de apoioimento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Eli Ghellere, constante do expediente. Necessita de apoioimento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de (02) dois, de autoria do deputado Luiz Carlos Alborghetti, constantes do expediente. Necessitam de apoioimento. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuídos aos senhores deputados.

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 579/2001, de autoria do deputado Moysés Leônidas, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Estudantes de Primeiro de Maio com sede e foro no mesmo município. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI Nº 579/2001
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Estudantes de Primeiro de Maio, com sede e foro no município de Primeiro de Maio.

Art. 2ª - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 08.05.2002
(aa) ALGACI TULIO - Presidente
LUIZ FERNANDES DA SILVA LITRO- Relator

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 034/2002, de autoria do deputado Hermas Brandão, que declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de São João da Boa Vista, com sede e foro no mesmo município.

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI Nº 034/2002
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância -

APMI, com sede e foro no município de São José da Boa Vista.

Art. 2ª - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 08.05.2002
(aa) ALGACI TULIO - Presidente
LUIZ FERNANDES DA SILVA LITRO- Relator

O SR. NEIVO BERALDIN

Senhor presidente, eu requiro verificação de votação.

O SR. DURVAL AMARAL

Senhor presidente, requiro chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Esta Mesa defere e fará a verificação de votação com chamada nominal.

Solicito ao senhor 1º secretário, deputado Nelson Tureck, que proceda à chamada nominal dos deputados.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Nelson Tureck**)

(Procede à chamada nominal)

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Trinta e oito senhores deputados responderam à chamada.

Há quórum para deliberar.

Os deputados que aprovam o Projeto nº 034, de autoria do deputado Hermas Brandão, permaneçam como estão.

Aprovado.

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 035/2002, de autoria do deputado Chico Noroeste, que declara de Utilidade Pública o Núcleo de Ação Solidária à Aids Estudantes de Primeiro de Maio, com sede e foro no município de Foz do Iguaçu.

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI Nº 035/2002
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública o NASA - Núcleo de Ação Solidária à Aids, com sede e foro no município de Foz do Iguaçu.

Art. 2ª - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 08.05.2002
(aa) ALGACI TULIO - Presidente
LUIZ FERNANDES DA SILVA LITRO - Relator

ITEM 04

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 126/2002, de autoria do deputado Chico Noroeste, que declara de Utilidade Pública a Casa de Recuperação e Apoio à Criança e ao Adolescente Mão Amiga Estudantes de Primeiro de Maio, com sede e foro no município de Foz do Iguaçu. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI Nº 126/2002
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Casa de Recuperação e Apoio à Criança e ao Adolescente Mão Amiga, com sede e foro no município de Foz do Iguaçu.

Art. 2ª - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 08.05.2002

(aa) ALGACI TULIO - Presidente

LUIZ FERNANDES DA SILVA LITRO- Relator

ITEM 05

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 135/2002, de autoria do deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Produtores do Santo Rei, com sede e foro no município de Cantu. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI Nº 135/2002
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação dos Produtores de Santo Rei, com sede no município de Nova Cantu, e foro no município de Campina da Lagoa.

Art. 2ª - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 08.05.2002

(aa) ALGACI TULIO - Presidente

LUIZ FERNANDES DA SILVA LITRO- Relator

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 269/2000 de autoria do deputado Edson Praczyk, que dispõe sobre a criação de farmácias populares no Estado do Paraná. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CAIC E SP. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado o projeto, artigo por artigo.**

Emendas - Aprovadas.

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 495/2001, de autoria do Poder Executivo - Mensagem 047/2001. Fica o Poder Executivo autorizado a, mediante decreto, expedir, definir e atualizar normas pertinentes a consignações em folhas de pagamento de militares e de servidores civis, ativos e inativos, assim como de pensionistas do Estado do Paraná. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. COM EMENDA SUBSTITUTIVA DA CCJ E CF.

Sobre o referido projeto, Emenda Modificativa de Plenário, de nº 01, à Emenda da Comissão de Finanças de autoria do deputado Durval Amaral, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

**EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO
DE Nº 01 À EMENDA DA COMISSÃO DE
FINANÇAS AO PROJETO DE LEI Nº 495/2001**

À proposta de redação apresentada pela Comissão de Finanças ao inciso XII do artigo 2º do Substitutivo Geral da Comissão de Constituição e Justiça, ao Projeto de Lei 495/2001, proveniente da Mensagem nº 047/2001 do senhor governador, apresenta-se emenda modificativa conforme redação a seguir:

“Art. 2ª - Além dos descontos compulsórios, será permitida, com autorização expressa do servidor, a consignação de:

II - mensalidade de plano de saúde, serviço de emergência médica e assistência funeral.

-
-
-

XII - amortização por empréstimo feitos por intermédio de cartões de benefícios ou de créditos, inclusive financiamento de bens duráveis.”

Sala das Sessões, em 13.05.2002.

(a) DURVAL AMARAL

Apoioamento:

Luiz Accorsi, Nelson Tureck, Elio Rusch, Fernando Guimarães.

O projeto retorna à CCJ.

ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 604/2001, de autoria do deputado Luiz Accorsi, que autoriza o Poder Executivo a criar o programa de farmácia básica para o funcionário público estadual. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E SP. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 09

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 648/2001, de autoria do deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública Estadual a Associação Comunitária dos Produtores Rurais do Jararaca - N. S. Aparecida - Acnossa, com sede no município de Roncador-PR. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA SUBSTITUTIVA DA CCJ. **Encerrada a discussão e o projeto é retirado**

por duas 02 (duas) Sessões, para alterações na redação da emenda na CCJ.

ITEM 10

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 650/2001, de autoria do deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública Estadual a Associação Comunitária dos Produtores Rurais de Vista Alegre - Morais, com sede no município de Roncador-PR. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA SUBSTITUTIVA DA CCJ.

O SR. ORLANDO PESSUTI (**Pela Ordem**)

Apenas para que V. Exa. possa nos informar se essas emendas são para corrigir a questão do foro? Porque ainda há pouco dei parecer...

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

É para melhor técnica legislativa. Não modifica nada.

O SR. ORLANDO PESSUTI (**Pela Ordem**)

Porque tem alguns projetos do deputado Nelson Tureck e nós relatamos ainda há pouco na Comissão de Redação, onde constava município de Roncador, foro município de Campo Mourão, mas na realidade o foro é município de Iretama.

Então, como se trata também de associações do município de Roncador, podem certamente ser pelo mesmo motivo essas emendas.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

A emenda diz o seguinte, deputado Orlando Pessuti:

“Artigo 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Comunitária dos Produtores Rurais de Vista Alegre - Morais, com sede no município de Roncador e foro no município de Campo Mourão.”

O SR. ORLANDO PESSUTI (**Pela Ordem**)

Mas se a emenda está desse jeito ela está errada, porque Roncador o foro é Iretama, esta é a questão, deputado Elio Rusch, e até para que não se crie o embaraço que se criou hoje na Comissão de Redação, porque confesso que agora não sei como vamos consertar. Um deles está errado: saiu foro de Campo Mourão. E se a emenda aí está constando foro de Campo Mourão, está incorreto, porque o foro é em Iretama.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Então, vamos retirar o projeto por duas sessões.

O SR. ORLANDO PESSUTI (**Pela Ordem**)

Exato. Para que a gente possa verificar isso. Inclusive, o projeto anterior, senhor presidente. Temos que verificar se tem esse equívoco, para corrigirmos antes da deliberação do Plenário, para que possamos fazer a coisa

mais rápida, porque se for à Comissão de Redação, aí já passou o tempo.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Correto.

Os senhores deputados que aprovam a retirada do projeto, por duas sessões, permaneçam como estão.

Aprovado. Ficam portanto, retirados os itens 09 e 10 da Ordem do Dia por 02 (duas) Sessões.

ITEM 11

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 653/2001, de autoria do deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública Estadual a Associação Comunitária dos Produtores Rurais do Encruzo Três Estrelas - ACRUZ, com sede no município de Roncador-PR. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA SUBSTITUTIVA DA CCJ. **Aprovada a Emenda Substitutiva da CCJ, artigo por artigo.**

ITEM 12

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 656/2001, de autoria do deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública Estadual a Associação Comunitária dos Produtores Rurais Princesa Isabel de Vista Alegre, com sede no município de Roncador e foro no município de Iretama-PR. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA SUBSTITUTIVA DA CCJ. **Aprovada a Emenda Substitutiva da CCJ, artigo por artigo.**

ITEM 13

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 655/2001, de autoria do deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública Estadual a Associação Comunitária dos Produtores Rurais de Vista Alegre “Nossa Senhora da Luz”, com sede no município de Roncador e foro no município de Iretama. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA SUBSTITUTIVA DA CCJ. **Aprovada a Emenda Substitutiva da CCJ, artigo por artigo.**

ITEM 14

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 658/2001, de autoria do deputado Sérgio Spada, que institui o programa Cota de Participação Voluntária para Manutenção de Entidades de Assistência a Portadores de Necessidades Especiais, no Estado do Paraná. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E CDHC. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 15

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 676/2001, de autoria do deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Fênix, com sede no município de Fênix e foro no município de Engenheiro Beltrão. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA SUBSTITUTIVA DA CCJ.

Sobre o referido, projeto, requerimento nº 1162, de autoria do deputado Caíto Quintana, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 10 (dez) Sessões. **Aprovado.**

Fica, portanto adiada a discussão por 10 (dez) Sessões, do Projeto de Lei nº 676/2001.

ITEM 16

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 699/2001, de autoria do deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública Estadual a Associação Comunitária Dois Vizinhos de Produtores Rurais, com sede no município de Roncador e foro no município de Campo Mourão. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA SUBSTITUTIVA DA CCJ.**

O SR. ORLANDO PESSUTI

É a mesma situação, senhor presidente: se estiver mudando para Iretama fica correto, senão, fica errado.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Está para Campo Mourão na emenda e a comarca é Iretama. Então, vamos retirá-la da Ordem do Dia, por duas sessões. **Aprovado.**

O projeto sai da Ordem do Dia, para que seja feita a correção no substitutivo.

ITEM 17

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 187/2002, de autoria do deputado Duílio Genari, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores e Agricultores da Linha Medianeira, com sede e foro no município de Palotina. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ.**

Vai se proceder à verificação de votação, a pedido do deputado Orlando Pessuti.

Solicito chamada nominal ao 1º secretário Nelson Tureck, a pedido do deputado Durval Amaral.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Nelson Tureck**)
(**Procede à chamada nominal**)

Vinte e três deputados presentes.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Não há quórum para deliberar, apenas para prosseguimento da Sessão.

O SR. ALGACI TULIO (**Pela Ordem**)

Queria convidar os companheiros que fazem parte da Comissão Especial que trata do caso dos cegos com a Renault, para uma audiência pública no plenarinho da Assembléia, deputado Strapasson, Neivo Beraldin, Ribas Carli, Divanir Braz Palma e Algaci Tulio.

O SR. ORLANDO PESSUTI (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, V. Exa. deixou de prosseguir a deliberação no item 17. A pergunta que eu faço é se amanhã, na Sessão Ordinária, esse projeto e o do item 18 retornam ainda em fase de discussão, porque nós queremos discutir a questão ligada ao projeto do item nº 18 por isso peço que não encerre a discussão do mesmo.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Retornam em fase de discussão.

Sobre a mesa, Requerimento nº 1160, de autoria do deputado Fernando Guimarães, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1168, de autoria do deputado Antonio Anibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1193, de autoria do deputado Algaci Tulio, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Nestas condições, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para terça-feira, dia 14, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 269/2000, 648, 653, 656 e 655/2001.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 187/2002 e do de Resolução nº 007/2002.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 652/2001, 138, 142, 143, 144, 145 e 169/2002.

Levanta-se a Sessão.

Atos da Diretoria Geral:

O diretor geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

PORTARIA Nº 47/2002

mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao acervo de serviço público de ROBERTO NOVAES, matrícula nº 130, funcionário desta Assembléia Legislativa sob o Regime Jurídico Único, exercendo o cargo de Consultor Técnico "B", NU-3, ref. IV, o tempo de dezesseis (16) anos e oito (8) meses, em que prestou serviços ao Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Paraná, conforme assegura o parágrafo 9º, do artigo 40, da Cons-

tituição Federal, combinado com o artigo 129, inciso I, da Lei nº 6.174/70.

(Prot. nº 2268/2002)
Gabinete da Diretoria Geral, 23.04.2002.

PORTARIA Nº 48/2002

mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao acervo de serviço público de GISELE GUÉRIOS NARDI, matrícula nº 40858, funcionária desta Assembléia Legislativa, exercendo o cargo de Advogada E-06, lotada na Diretoria Legislativa e admitida em 01 de dezembro de 1987, o tempo de seis (06) meses, relativo ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o período compreendido entre 21 de dezembro de 1992 e 21 de dezembro de 1997, conforme lhe faculta o artigo 248, da Lei nº 6.174/70, assegurado pelo parágrafo 3º, do artigo 3º, da Emenda Constitucional nº 20/98.

(Prot. nº 2194/2002)

PORTARIA Nº 49/2002

mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao acervo de serviço público de MARLI DE BASTOS STALCHMIDT, matrícula nº 40241, funcionária desta Assembléia Legislativa, admitida em 17 de agosto de 1983, exercendo o cargo de Agente Administrativo, lotada no Setor de Telefonia, o tempo de seis (06) meses, relativo ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o período compreendido entre 21 de dezembro de 1992 e 21 de dezembro de 1997, conforme lhe faculta o artigo 248, da Lei nº 6.174/70, assegurado pelo parágrafo 3º, do artigo 3º, da Emenda Constitucional nº 20/98.

(Prot. nº 2235/2002)

PORTARIA Nº 50/2002

mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao acervo de serviço público de MARISA COUTO DE CRISTO, matrícula nº 40554, funcionária desta Assembléia Legislativa, exercendo o cargo de Advogada E-07, lotada na Diretoria Legislativa e admitida em 26 de junho de 1985, o tempo de seis (06) meses, relativo ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o período compreendido entre 21 de dezembro de 1992 e 21 de dezembro de 1997, conforme lhe faculta o artigo 248, da Lei nº 6.174/70, assegurado pelo parágrafo 3º, do artigo 3º, da Emenda Constitucional nº 20/98.

(Prot. nº 2567/2002)

PORTARIA Nº 51/2002

mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao acervo de serviço público de NELCI DAROS, matrícula nº 40561, funcionária desta Assembléia Legislativa, admitida em 01 de junho de 1985, exercendo o cargo de Agente Universitário N-64, lotada na Diretoria Legislativa, o tempo de seis (06) meses, relativo ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o período compreendido entre 21 de dezembro de 1992 e 21 de dezembro de 1997, conforme lhe faculta o artigo 248, da Lei nº 6.174/70, assegurado pelo parágrafo 3º, do artigo 3º, da Emenda Constitucional nº 20/98.

(Prot. nº 2672/2002)

PORTARIA Nº 52/2002

CONCEDER licença para tratamento de saúde da servidora deste Poder Legislativo, ANA MARIA ANTUNES, matrícula nº 40203, de trinta (30) dias, a partir de 26 de abril de 2002, término em 26 de maio de 2002, CID.298.0/7.

(Prot. nº 3443/2002)

Gabinete da Diretoria Geral, em 09.05.2002.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral